



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº 2687/2015, de 05 de novembro de 2015.

Estima a receita e fixa a despesa do Município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2.016.

AUTORIA: Executivo Municipal

A CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aprovado o Orçamento Geral do Município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2.016, nos termos da Constituição Federal, Lei 4.320/64, Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e Lei de Diretrizes Orçamentárias, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, que estima a Receita em R\$ 85.260.800,00 (oitenta e cinco milhões, duzentos e sessenta mil, e oitocentos reais) e fixa a Despesa em igual importância.

Art. 2º - A Receita será realizada mediante arrecadação de tributos e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente e das especificações constantes do Anexo I, de acordo com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	80.605.716,00
Receita Tributária	7.198.588,00
Receita de Contribuições	1.087.009,00
Receita Patrimonial	649.030,00
Receita Agropecuária	34.000,00
Receita de Serviços	1.100.760,00
Transferências Correntes	67.872.090,00
Outras Receitas Correntes	11.187.266,00
<i>Deduções para formação do FUNDEB</i>	(-) 8.508.000,00
<i>Dedução - Restituições</i>	(-) 14.868,00
<i>Dedução - Outras Deduções</i>	(-) 159,00
RECEITAS DE CAPITAL	4.655.084,00
Operações de Crédito	490.000,00
Alienação de Bens	1.503.740,00
Transferências de Capital	643.000,00
Outras Receitas de Capital	2.018.344,00
TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA	85.260.800,00

Art. 3º - A despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros que integram esta lei e terá o seguinte desdobramento:



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ

01 - POR FUNÇÃO DE GOVERNO

01 - Legislativa	1.820.000,00
04 - Administração	7.225.890,00
06 - Segurança Pública	581.900,00
08 - Assistência Social	4.938.850,00
10 - Saúde	27.560.900,00
12 - Educação	22.234.100,00
13 - Cultura	458.400,00
15 - Urbanismo	4.863.500,00
16 - Habitação	947.000,00
17 - Saneamento	173.100,00
18 - Gestão Ambiental	734.060,00
20 - Agricultura	2.189.600,00
22 - Indústria	1.758.000,00
26 - Transporte	6.236.000,00
27 - Desporto e Lazer	962.500,00
28 - Encargos Especiais	2.147.000,00
99 - Reserva de Contingência	430.000,00
TOTAL GERAL	85.260.800,00

02 - POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

DESPESAS CORRENTES	74.466.900,00
DESPESAS DE CAPITAL	10.363.900,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	430.000,00
TOTAL DA DESPESA	85.260.800,00

03 - POR ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

01 - PODER LEGISLATIVO	1.820.000,00
0100 - Câmara Municipal	1.820.000,00
2 - PODER EXECUTIVO	83.010.800,00
0200 - Governo Municipal	1.376.600,00
0300 - Secretaria Municipal de Administração	4.700.090,00
0400- Secretaria Municipal da Fazenda	3.878.100,00
0500 - Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto	23.655.000,00
0600 - Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Humana	32.499.750,00
0700 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural	2.662.700,00
0800 - Secretaria Municipal de Obras , Viação e Urbanismo	12.274.060,00
0900 - Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo	1.964.500,00
9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	430.000,00
TOTAL DA DESPESA	85.260.800,00



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ

Art. 4º. O Poder Executivo fica autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 15% (quinze por cento) do orçamento das despesas, servindo como recursos os constantes do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1.964.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder por Decreto, até o limite de 10% (dez por cento) das dotações definidas neste orçamento, a compensação, conversão ou criação de fontes de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos Projetos/Atividades/Operações Especiais e das Obras, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta Lei. Não serão computados neste limite os créditos adicionais abertos com base nos artigos 4º e 6º desta Lei.

Art. 6º - Em decorrência ao disposto no artigo 66 e seu parágrafo único da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1.964, fica o Executivo Municipal autorizado a movimentar por Órgãos Centrais as dotações atribuídas às diversas unidades orçamentárias e redistribuir parcelas das dotações de pessoal e encargos sociais de uma para outra unidade.

Art. 7º - Fica a Câmara Municipal autorizada a abrir Créditos Adicionais Suplementares ao seu Orçamento, através de Resolução, servindo como recursos exclusivamente os constantes do artigo 43, § 1º, inciso III da Lei Federal n.º 4.320/64 de 17 de março de 1964.

Art. 8º - Nesta Lei a discriminação da despesa quanto à sua natureza é por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elementos de despesa.

Art. 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar os recursos vinculados à conta reserva de contingência, nas situações previstas no art. 5º, III da LRF e art. 8º da Portaria Interministerial n.º 163 de 04 de maio de 2001.

Art. 10º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a alteração das fontes de recursos das receitas e despesas orçamentárias, de modo a se adequar às mudanças efetuadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 11º - Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2.016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, 05 (cinco) dias do mês de novembro de 2015.


Frank Ariel Schiavini
PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se


Ademir Antonio Aziliero
CRC/PR 025365/O-9